

CEF anuncia que 6 mil imóveis serão entregues em todo o País

Cerca de seis mil novos imóveis devem ser entregues em todo o País, a curto prazo, em função da dotação orçamentária da Caixa Econômica Federal (de Cz\$ 9 bilhões) para dar continuidade aos financiamentos do setor imobiliário, paralisados desde o lançamento do plano de estabilização econômica. A informação foi dada ontem, em São Paulo, pelo presidente da CEF, Marcos Freire, ressaltando que São Paulo será beneficiado com 1.500 unidades.

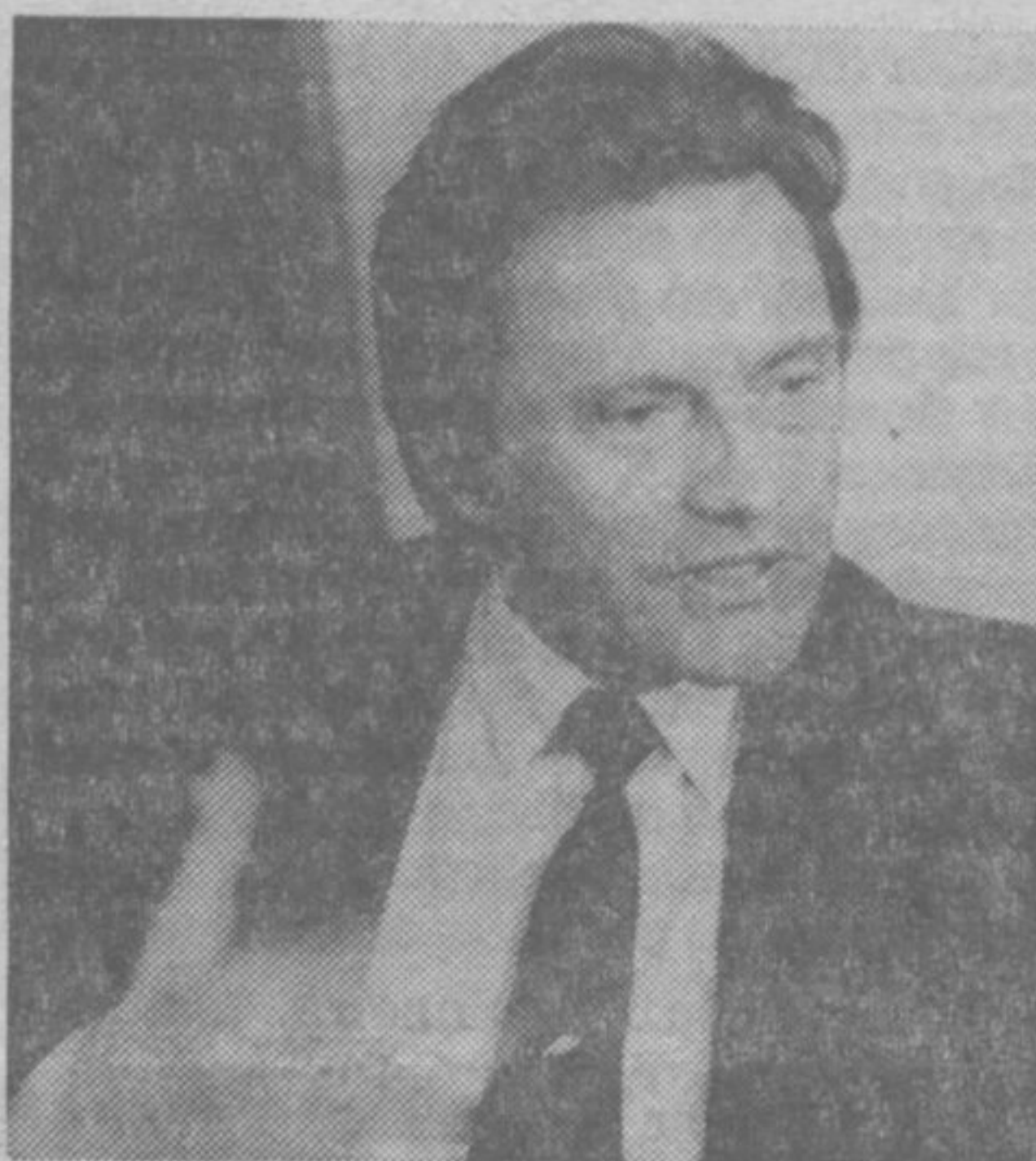
A prioridade no atendimento será dada aos processos que já se encontravam na Caixa, sendo que a liberação de outros financiamentos para o setor de construção ainda está sendo estudada. A liberação de novas verbas para o setor, entretanto, segundo o próprio presidente da Caixa, vai depender dos recursos captados pelas cadernetas de poupança.

É pouco provável que as 1.500 novas unidades destinadas ao Estado de São Paulo (provenientes de contratos já firmados com a CEF) resolvam, pelo menos em parte, a crise de moradia da região. Dados do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo (Secovi) mostram que, apenas para acompanhar o crescimento populacional do Estado, seria necessária a construção de 70 mil unidades por ano, isso sem contar o déficit do sistema habitacional em São Paulo, que se vem acumulando nos últimos anos.

O presidente do Secovi, Romeu Chap Chap, diz que não há novidade no anúncio feito há dois dias pela CEF, que seria a abertura de novos financiamentos, pois, segundo ele, "não passa de dar andamento aos processos que se encontravam paralisados". O que ele defende é a rea-

bertura de financiamento para o setor da produção, "sem o qual não haverá imóveis para a classe média a curto e médio prazo".

Ressalta, por outro lado, que esse dinheiro sacado da poupança passou, pelo menos uma boa parcela, para os depósitos à vista em bancos comerciais, favorecendo o "compulsório" do Banco Central. A partir desse raciocínio, Chap Chap enviou



Freire: "Sociedade atendida"

uma proposta ao governo, que, garante, resolveria o problema do déficit habitacional: "Basta que o governo canalize os recursos do 'compulsório' do BC para o setor imobiliário, enquanto não existir estabilidade nas cadernetas de poupança".

"MONOPÓLIO"

O presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis de São

Paulo, Roberto Capuano, acha que a dotação de verba da CEF para financiar as construtoras serve apenas para formar um "monopólio do setor".

Entende que o Banco Nacional de Habitação (BNH) deveria concluir logo os estudos a respeito da "carta de crédito" — espécie de poupança programada vinculada ao sistema imobiliário — para que toda a população, como pessoa física, passasse a ter direito ao crédito junto aos agentes financeiros, incluindo a própria Caixa. "Com essa modalidade de crédito, um cidadão que pretendesse adquirir um imóvel de Cz\$ 150 mil, por exemplo, teria de poupar 15% desse valor, sendo o restante financiado pelo agente financeiro. Caso o valor do imóvel seja maior, o percentual a ser poupado manteria uma correspondência", explica.

Capuano mencionou também a falta de uma linha de financiamento para imóveis usados, possibilidade descartada pelo presidente da CEF, Marcos Freire, ao comentar que o papel do governo é o de "atender aos anseios da sociedade, inclusive contribuindo para a criação de novos empregos, o que não seria possível com financiamentos para imóveis usados".

INQUILINATO

O deputado José Genoíno (PT-SP) acredita que o projeto do executivo alterando a Lei do Inquilinato poderá ampliar para maio de 1988 os benefícios previstos para os locatários, que deveriam vigorar até maio de 1987. Ele acha que deve haver tratamento diferenciado entre possuidor de imóvel que pretende retomá-lo para seu próprio uso daqueles que fazem da locação uma atividade lucrativa.